RÉPLICA

Richard Graham

É uma honra saber que meu artigo “Constructing a nation in nineteenth-century Brazil” (Construindo uma nação no Brasil do século 19) despertou comentários de dois historiadores tão importantes como Thomas Holloway e Lília Schwarcz. No meu ensaio, concluí, entre outras coisas, que a criação do estado central brasileiro foi projeto de uma elite sócio-econômica de senhores de escravos e proprietários de terras. Através de suas instituições e liderança cultural esse estado atribuiu maior legitimidade aos fazendeiros para exercer seus poderes locais e regionais. Mas eu insisti que foram eles que criaram aquele estado, fazendo-o especificamente para proteger e incrementar seus interesses sociais e econômicos, especialmente a manutenção da escravatura, a subserviência dos que não possuíam terras, e o evitar uma revolução social. De fato, foi antes de mais nada o medo da desordem social que levou os proprietários a construir um governo central forte, e eles disseram isso. Também argumentei que foi através da criação e desenvolvimento daquele estado que os líderes de todo o país começaram a abandonar seus desejos de autonomia ou independência, local ou regional, e começaram a pensar seus destinos ligados à unidade brasileira. Desta maneira, a idéia de uma nação emergiu, ao menos no meio dessas elites, enquanto eles começaram a se identificar, verdadeira e profundamente, como brasileiros.

O Dr. Holloway, apropriadamente, objeta à aparente linearidade desse argumento. Reconheço que o processo foi circular, ou ainda em espiral. Isso quer dizer que houve uma dinâmica recíproca trabalhando nele. Talvez eu devesse ter enfatizado menos a simultaneidade desses dois processos, construir um estado e construir uma “nação”. Certamente os impulsos em direção a cada fator (nação e estado) influenciaram também um ao outro.

Por outro lado, insisto que a idéia de nação não é definida apenas, nem mesmo principalmente, pelo compartilhar de uma hostilidade em relação a outro país (no caso, Portugal), mas precisa incluir a noção de solidariedade, de “estar junto”, mesmo na ausência de uma ameaça externa. O Dr. Holloway fala da crescente sensação entre muitos brasileiros no final do século XVIII e no início do XIX de não serem portugueses, mas brasileiros. Muito bem. Mas construir uma unidade após assegurar a independência de Portugal, uma unidade que ligasse Pernambuco e São Paulo, Rio Grande do Sul e Pará, e que

os mantivesse unidos, já era outro assunto. É no surgimento dessa unidade que acredito ser possível ver o começo de uma nação brasileira.

A Doutora Lilia me pegou dizendo que “a coroa era apenas um símbolo”. Meu Deus! Como ela nos ensinou, a palavra “apenas” não pode ser utilizada para modificar “símbolo”. Símbolos estão na raiz do nosso pensamento, nossas ações, identidades e propostas. Enquanto as elites brasileiras buscavam se definir, elas sabiam que não eram européias, mas não desejavam pensar em si mesmas como atrasadas, destinadas ao subdesenvolvimento econômico, e menos ainda como uma raça mestiça ou negra. D. Pedro II era um símbolo poderoso de como elas eram diferentes mas similares aos europeus: é significativo que, por exemplo, D. Pedro usasse uma capa em ocasiões formais, como os monarcas europeus, mas que essa capa fosse feita de plumas de tucano. A bandeira brasileira lembrava a portuguesa, mas o verde dos Bragança foi transformada no verde das florestas; o amarelo dos Habsburgo, no ouro, e as folhas de louro foram trocadas por ramos de tabaco e de café. E eu concordo ainda que a cidade do Rio de Janeiro (ou pelo menos um certo segmento dela) tornou-se uma escola para o resto da nação, onde a identidade de cada um poderia ser aprendida. A presença do monarca tornou isso possível.

A elite brasileira não queria ver o Brasil como negro ou pardo; no entanto, era difícil negar que a maior parte dos brasileiros o era. Então, ela se voltou para o índio como seu suposto ancestral, o nobre selvagem criado à imagem do homem branco. Pela metade do século dezenove, o índio de carne e osso estava suficientemente longe, geograficamente, do Rio de Janeiro, para ser ignorado, e os habitantes originais do Brasil estavam longe o suficiente no tempo, para serem romantizados. O imperador escolheu Carlos Gomes para receber o favor do governo e, em troca, ele produziu a ópera “italianada” *II Guarany* (O Guarani), altamente romântica. O tema dessa ópera é mistura de raças- mas não com negros. A distinção entre a imagem dos índios e a dos afro-brasileiros continua até hoje: há apenas alguns anos atrás, durante a ditadura militar no Brasil, notei que o governo, embora não aceitasse a validade de críticas à sua política indianista, não proibiu essas críticas. Mas falar de opressão aos negros era considerado impatriótico e mesmo subversivo, com conseqüências terríveis. Pelo mesmo motivo, as classes superiores brasileiras do século dezenove podiam glorificar o índio, mas não o negro. A Dra. Lilia, corretamente, chamou nossa atenção para a importância dos símbolos na definição de uma nação.

Mas em relação ao poder puramente político de Pedro II, peço licença para discordar. O ponto de vista da Dra. Lilia é certamente o convencional. Seja para glorificar o imperador, seja para denegri-lo, sempre foi necessário dizer que ele possuía enorme poder. Lembro-me de dois comentários feitos

sobre ele no século dezenove pelo mesmo homem. Anfriso Fialho, nascido em 1840, fez o curso secundário na Alemanha, depois estudou na academia militar no Brasil e lutou na Guerra do Paraguai, após o que estudou Direito em Portugal. Em 1876 ele publicou um panfleto em Bruxelas intitulado *Don Pedro II, empereur du Brésil: notice biographique* (D. Pedro II, imperador do Brasil: notícia biográfica) que elogiava muito o imperador; nove anos mais tarde, no Brasil, ele publicaria *Processo da monarchia brasileira: necessidade da convocação de uma constituinte*, que atacava redondamente o imperador. Na primeira publicação, Fialho atribuía a Pedro II a responsabilidade por construir estradas e estradas de ferro, a introdução da navegação a vapor e do telégrafo, a vitória sobre o Paraguai, o fim do recrutamento à força e dos castigos corporais no exército, a reorganização das instituições educacionais e a criação de muitas escolas públicas, a fundação da escola de engenharia e da escola de minas, a reforma das leis eleitorais, e o encorajamento geral das Artes e da Literatura. A relação de Pedro com o sistema político era apenas uma de “interferência benévola”. Nove anos depois, Fialho, amargurado por seu fracasso em assegurar apoio aos seus planos de criar fábricas de açúcar centrais, e desiludido pelas possibilidades limitadas de prosperidade apesar do que ele considerava sua excelente educação, tornava-se um virulento republicano. Ele agora culpava o Imperador por cada sinal do “retrocesso” brasileiro: a falta de um sistema nacional de transporte, as altas taxas de frete nas estradas de ferro, o endividamento dos fazendeiros, o constante déficit governamental, a desvalorização da moeda, o baixo salário dos professores da rede pública, a ausência de um plano para educação nacional ou treinamento profissionalizante, a incapacidade de derrotar o Paraguai rapidamente, o fracasso em melhorar a força militar, a preservação da escravatura, a falta de imigração, a prostituição disseminada, a grande miséria do povo, e todos os obstáculos ao progresso e à prosperidade que o Brasil enfrentava. Pedro II havia feito tudo isso para “reduzir o Brasil a um cadáver” e tornar-se “o único poder na nação”.

Ambos os pontos de vista são evidentemente ridículos, e penso que todos concordarão que atribuir a Pedro o poder de fazer todo este bem ou aquele mal é um grande exagero. Ainda assim, há uma crença de que o imperador exercia um considerável poder político. Mas qual era esse poder? Ele podia dissolver um gabinete e trocá-lo por outro. Mas, como a Dra. Lilia admite, havia relativamente pouca diferença entre o Partido Liberal e o Conservador (o que não significa dizer que não havia diferenças entre conservadores, com “c” minúsculo, e liberais, porque por definição essas duas ideologias são contrastantes; mas ambas as ideologias podiam ser encontradas em ambos os partidos, e nenhuma delas predominava em nenhum deles). Então, trocar o partido no poder não levou a nenhuma mudança de direção. É

segura dizer que, ao contrário das opiniões do Fialho mais tardio, Pedro II realmente queria tornar o Brasil próspero, educar seus cidadãos, fazer as eleições refletirem a vontade geral e acabar com a escravidão. E em seu reino de quase meio século, quais reformas ele conseguiu realizar? No final de seu regime, o Brasil se arrastava economicamente, pouca gente sabia ler e as eleições ainda eram controladas. Verdade que a escravidão havia sido abolida: mas quando ele foi informado do que a Princesa Isabel havia concordado em fazer (em 1888!), ele expressou dúvidas quanto à sabedoria de uma atitude tão “precipitada”. Não culpo Pedro II por esses males, pois não acredito que ele tivesse de fato muito poder. O poder estava nas mãos de outros. Quando eles não precisaram mais do peso simbólico de sua presença, ele foi deposto.

Então, ao Dr. Holloway eu digo que a idéia de nação exige mais do que a oposição à metrópole, e à Dra. Lília e retruco que, se Pedro II era tão poderoso politicamente, ele deve arcar com mais culpa do que se atribuiria a um governante às voltas com condições que não pudesse alterar. Por outro lado, concordo com o Dr. Holloway que a relação entre construção de estado e construção de nação não é linear, mas recíproca. E agradeço à Dra. Lília por chamar minha atenção à enorme importância da presença simbólica da realeza. Embora eu discorde em parte com o Dr. Holloway e com a Dra. Lília, ambos contribuíram significativamente para um debate que, espero, continue acontecendo.